



PARECER JURÍDICO Nº 255/2024

Referência: Projeto de Resolução nº 24/2024-L

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: Institui o canal de comunicação “Participa São Roque”.

Ementa: PROJETO DE RESOLUÇÃO. REGIMENTO INTERNO. PARTICIPAÇÃO POPULAR. PLANEJAMENTO MUNICIPAL. PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS. FORMULÁRIO PERMANENTE. INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA DO PODER LEGISLATIVO. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE.

I – RELATÓRIO

Trata-se da análise estritamente jurídica do Projeto de Resolução nº 24, de 26 de setembro de 2024, cujo objeto consta no Assunto em epígrafe. Instruem o pleito: **1.** Exposição de motivos ao Projeto de Resolução nº 24/2024-L; e **2.** Minuta do Projeto.

O Projeto de Resolução nº 24/2024-L visa instituir o canal de comunicação “Participa São Roque” na Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque, com o objetivo de coletar demandas populares para inclusão em peças orçamentárias municipais.

Trata-se de instrumento para possibilitar que os cidadãos participem da definição das políticas que orientam o planejamento do governo municipal. As sugestões poderão ser incluídas nas peças orçamentárias e servirão, em concomitância, pra coletar demandas eventuais referentes a outros temas ou projetos de interesse da população.

Faz-se importante destacar que esta Procuradora Jurídica se atém à matéria jurídica envolvida, nos termos da sua competência, razão pela qual não se incursiona em discussões de ordem técnica ou questões que envolvam juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação.

Eis a síntese do necessário.

Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 - Caixa Postal 80 - CEP 18130-970

CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 - Fone: (11) 4784-8444 - Fax: (11) 4784-8447

E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br | www.camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - 'A Terra do Vinho e Bonita por Natureza'

II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nos termos do art. 210, § 1º, c, da Resolução nº 13, de 30 de outubro de 1991, o Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza político-administrativa, constituindo matéria que demanda tal espécie normativa, a elaboração e reforma do próprio Regimento Interno.

No que tange à iniciativa, o Projeto de Resolução está em consonância com as disposições Regimentais, que traz competência da Mesa Diretora, das Comissões ou dos Vereadores, havendo exclusividade em determinadas matérias.

Diferentemente dos demais processos legislativos, a Constituição Federal não regulamenta o procedimento para a elaboração da Resolução, cabendo ao Regimento Interno de cada Casa Legislativa disciplinar. Assim, a presente propositura trata de matéria *interna corporis*, com a utilização da competência legislativa própria primária, conforme se depreende de previsão regimental, a saber:

Art. 210. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza política administrativa e versará sobre a sua Secretaria Administrativa, a Mesa e os Vereadores.

A própria Resolução nº 13, de 30 de outubro de 1991, que “Dispõe sobre Regimento Interno da Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque” prevê expressamente os procedimentos para reforma do mesmo, *in verbis*:

Art. 372. O Regimento Interno poderá ser alterado ou reformado através de Projeto de Resolução de iniciativa de qualquer Vereador, da Mesa ou de Comissão.

§ 1º A apreciação do projeto de alteração ou reforma do Regimento obedecerá às normas vigentes para os demais projetos de Resolução e sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º Ao final de cada sessão legislativa a Mesa fará a consolidação de todas as alterações procedidas no Regimento Interno bem como dos precedentes regimentais aprovados, fazendo-os publicar em separata.

Diante da proteção ao princípio fundamental inserido no art. 2º da CF, segundo o qual, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre

Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 - Caixa Postal 80 - CEP 18130-970

CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 - **Fone:** (11) 4784-8444 - **Fax:** (11) 4784-8447

E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br | www.camarasaoroque.sp.gov.br
São Roque - 'A Terra do Vinho e Bonita por Natureza'

si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, resta afastada a possibilidade de ingerência de outros Poderes nas questões de conflitos de interpretação, aplicação e alcance de normas meramente regimentais (AgR MS: 36662 DF).

Não é à toa que o próprio Poder Legislativo, no desempenho de funções de legislar e exercer o controle externo da Administração Pública, fica sujeito, *ipso facto*, às restrições e limites que conformam o princípio da separação dos poderes e o sistema de *checks and balances*.

A Constituição Federal dispõe, no bojo do seu art. 51, IV e art. 52, XIII que compete, respectivamente, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal “dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias”.

A redação Constitucional é aplicada por simetria aos Poderes Legislativo dos Estados e dos Municípios. Nesta senda, há redação semelhante na Constituição do Estado de São Paulo, a saber:

Artigo 20 - Compete, exclusivamente, à Assembleia Legislativa:

[...]

III – dispor sobre a organização de sua Secretaria, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

No mais, nos termos do art. 20, II, da Lei Orgânica do Município de São Roque, compete exclusivamente à Câmara de Vereadores, entre outras, elaborar o Regimento Interno. Não se deve perder de vista a independência e autonomia do Poder Legislativo, que lhe garantem competência legislativa própria para deflagrar o processo legislativo tendente a alterar a sua normatização base.

Sabe-se que a Constituição da República assegura a soberania popular no bojo do art. 1º, parágrafo único, ao dispor que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. E por meio dessas sugestões, cidadãos e organizações da sociedade civil podem participar da

Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque



Rua São Paulo, 355 - Jd. Renê - CEP 18135-125 - Caixa Postal 80 - CEP 18130-970

CNPJ/MF: 50.804.079/0001-81 - **Fone:** (11) 4784-8444 - **Fax:** (11) 4784-8447

E-mail: camarasaoroque@camarasaoroque.sp.gov.br | www.camarasaoroque.sp.gov.br

São Roque - 'A Terra do Vinho e Bonita por Natureza'

definição das políticas que orientam o planejamento do governo municipal e as políticas de aplicação dos recursos públicos na oferta de serviços à sociedade.

Outrossim, no que diz respeito ao mérito da matéria posta em discussão, a análise última cabe aos Vereadores, aprovando ou reprovando o presente Projeto de Resolução, conforme discussão prévia a acontecer em Plenário. Cabe-nos, em sede de análise jurídica, informar que a matéria objeto do presente Projeto não apresenta impedimentos legais e constitucionais que possam barrar sua normal tramitação.

A redação do Projeto de Resolução nº 24/2024-L é coerente e objetiva, uma vez que foram atendidas as disposições da Lei Complementar nº 95/1998, a qual define os parâmetros redacionais mínimos para a criação e edição de conteúdo legislativo.

Nesse sentido, observo a constitucionalidade e legalidade do Projeto, elaborado em consonância com a Constituição Federal e a legislação federal pertinente, porquanto não foram detectadas inconsistências de redação, não havendo, portanto, vícios quanto à técnica legislativa utilizada.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, opino favoravelmente à propositura, cujo Projeto de Resolução nº 24/2024-L da Mesa Diretora deverá ser encaminhado para as Comissões Permanente de “Constituição, Justiça e Redação” para fins de emissão de Parecer. Nos termos do art. 372, § 1º, do próprio Regimento Interno desta Casa, sua aprovação dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara em votação.

É o parecer.

São Roque, 26 de setembro de 2024.

Mara Augusta Ferreira Cruz Galvão

Procuradora Jurídica